

*Thaís Zanetti de Mello Moretto*



---

DA REALIDADE SOCIAL AO DISCURSO  
JURÍDICO-PENAL: O ENCARCERAMENTO  
FEMININO POR TRÁFICO DE DROGAS  
E O INSUCESSO DO PROIBICIONISMO  
CRIMINALIZADOR  
(ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA)

EDITORA LUMEN JURIS  
Rio de Janeiro  
2014

Copyright © 2014 by *Thaís Zanetti de Mello Moretto*

Categoria: Direito Público Penal e Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Surama Faustino  
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

*Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)*

---

M845d

Moretto, Thaís Zanetti de Mello

Da realidade social ao discurso jurídico-penal : o  
encarceramento feminino por tráfico de drogas e o insucesso  
do proibicionismo criminalizador (análise qualitativa e quan-  
titativa) / Thaís Zanetti de Mello Moretto. – Rio de Janeiro :  
Lumen Juris, 2014.

304 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 259-266

ISBN 978-85-375-2299-8

1. Direito penal. 2. Mulheres narcotraficantes. 3. Tráfico de  
drogas. 4. Prisioneiras. I. Título.

CDD- 345.81

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	XXVII
PREFÁCIO .....	XXIX
PREFÁCIO .....	XXXI
INTRODUÇÃO.....	XXXV
<b>1. A FACE E A CONTRAFACE DA LEI DE DROGAS E SEUS EFEITOS</b>	
FLAGELANTES NA SOCIEDADE .....	1
1.1 Anulando estranhos e pressagiando o mal ou invertendo a realidade?.....	1
1.1.1 O traficante – O tráfico .....	2
1.1.2 O “armazém” que recruta sujeitos .....	3
1.1.3 A comercialização das drogas como busca pela felicidade?.....	5
1.2 O tráfico de drogas e a lógica implementada à criminalização.....	9
1.2.1 Compartilhando ideias internacionais.....	10
1.2.2 E o Brasil? Vejamos o reflexo do proibicionismo... ..	14
1.2.3 O Projeto Murad entre Lei 6.368/76 e a Lei 11.343/06 .....	15
1.2.4 Traçando um breve paralelo entre a ideia prevencionista e repressiva da Lei 6.368/76 e da Lei 11.343/06.....	18
1.2.5 Entre o bem jurídico tutelado pela Lei de Drogas e o real bem jurídico que se está a tutelar .....	21
1.2.6 O tratamento penal oferecido ao delito de tráfico de drogas.....	24
1.2.7 O “doente” e o “criminoso”: Rompendo com o discurso fragmentador solidificado .....	26
1.2.8 Seletividade: quem são os escolhidos? .....	30
1.2.9 O que podemos apreender do “conceito” de crime? A necessidade do olhar voltado ao contexto social.....	33
1.2.10 A ausência de diferenciação das condutas previstas no art. 33 da Lei de Drogas – A mudança necessária!.....	39
1.2.11 A real tipicidade no delito de tráfico de drogas.....	41

1.2.12 Avanço ou retrocesso do §3º do art. 33? Abrandamento ou diminuição de sua incidência? .....	43
1.2.13 Quantum de droga? Quantum de pena? .....	45
1.2.14 Desproporcionalidade na aplicação da pena no delito de tráfico de drogas .....	48
1.2.15 Quem é quem na Lei de Drogas? .....	52
1.2.16 A mudança sob o viés da prevenção e a desproporcionalidade na alteração da pena que alimenta a repressão ao tráfico de drogas.....	53
1.2.17 Veda-se ou não se veda a Liberdade Provisória? .....	57
1.2.18 A timidez do STJ frente à problemática da liberdade provisória e a famigerada “ordem pública” .....	60
1.2.19 A salvação está no STF? .....	62
1.2.20 Aonde é vedado substituir pena privativa de liberdade por restritiva de direitos? .....	66
1.2.21 Pena restritiva de direitos e sua situação no âmbito do STJ: é possível a conversão? .....	70
1.2.22 O STF como possibilidade de resgate? .....	71
1.2.23 Outros problemas da Lei de Drogas: o desrespeito ao exercício de defesa no interrogatório do acusado .....	73
1.2.24 Apelação em liberdade sim .....	74
1.2.25 A inconstitucionalidade do regime inicial fechado .....	75
1.3 Caracterizando a dupla faceta da lei de drogas através da análise da prevenção ao usuário e dependente versus a repressão ao traficante: a dolorosa e inoperante diferenciação .....	76
1.3.1 “Crack nem pensar”! O discurso proclamado pela RBS e o que pode estar por detrás dele – Uma face oculta? .....	78
1.3.2 Pela unicidade dos eixos da Lei de Drogas: minimizando o árduo sofrimento de suas duras penas .....	82

## **2 TRÁFICO DE DROGAS: DO APRISIONAMENTO FEMININO**

<b>AO JULGAR DA VIDA QUE É DO OUTRO .....</b>	<b>85</b>
2.1 O retrato de duas pesquisas: delineando a experiência .....	85
2.1.1 Explicando a pesquisa: A Penitenciária Feminina Madre Pelletier e a Vara de Execuções Criminais.....	86
2.1.2 Entrando na Penitenciária Feminina Madre Pelletier .....	88
2.1.3 A comercialização de drogas ilegais na realidade feminina: um novo delito ou uma mudança no tipo de delito praticado pelas mulheres? .....	89
2.1.4 A relação do comércio de drogas com a questão de gênero .....	92

2.1.5 “Aí moleque, me diz: então, cê qué o que? A vaga tá lá esperando você”: a inclusão das mulheres pela exclusão .....	94
2.1.6 O social como incitador do tráfico de drogas? As sequelas da marginalização .....	96
2.2 Quando se chega na realidade social: relacionando e explicando dados os obtidos (pesquisando qualitativa e quantitativamente) .....	99
2.2.1 Pesquisando: PFMP e VEC .....	101
2.2.2 O bricoleur e a bricolage .....	102
2.2.3 A experiência: encontros e desencontros de uma pesquisa .....	103
2.2.4 Inibindo a pesquisa através de restrições .....	105
2.3 A Penitenciária Feminina: quando a pesquisa engrena! .....	106
2.3.1 O lado feminino na prisão .....	119
2.3.2 Traçando um perfil: como (não) se colocar uma etiqueta ou pelo menos ‘escapar’ dela .....	110
2.3.3 Profissão: do lar? Não, traficante de drogas .....	111
2.3.4 A entrevista: quando tudo parecia poder dar errado (mais uma vez) .....	112
2.3.5 O termo de consentimento: forçado e inexplicável .....	114
2.3.6 A personalidade anunciada e a personalidade encontrada .....	117
2.4 Entendendo o perfil social .....	118
2.4.1 Idade .....	118
2.4.2 Local de nascimento, local de moradia e bairro de moradia .....	119
2.4.3 Vulgo?.....	120
2.4.4 Quantas mulheres possuem o reconhecimento de pai e de mãe? .....	120
2.4.5 Grau de escolaridade .....	120
2.4.6 Profissão .....	122
2.4.7 Estado civil .....	124
2.4.8 Número de filhos .....	125
2.4.9 Religião .....	126
2.4.10 Cor das mulheres segregadas .....	127
2.4.11 Entradas na PFMP .....	128
2.4.12 Aplicando o questionário: mudando o percurso .....	128
2.4.13 Perguntando.....	129
2.4.14 Situação residencial .....	129
2.4.15 Renda da família .....	129
2.4.16 Utilização de drogas ilícitas.....	130
2.4.17 Quais as drogas utilizadas? .....	130
2.4.18 O arrependimento .....	131

2.4.19	Incidência de familiares ou amigos presos .....	132
2.4.20	Quem foi preso ou se envolveu com o tráfico de drogas?.....	132
2.4.21	A impressão sobre a pena privativa de liberdade .....	133
2.4.22	Há vontade em se substituir a pena de prisão?.....	134
2.4.23	Que pena seria escolhida para ser substituída?.....	134
2.4.24	Do que se precisa?.....	135
2.5.	Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada... .....	137
2.6	Lançando a vec e o que ela proporcionou .....	138
2.6.1	Bem-vindos à VEC sem empecilhos .....	139
2.6.2	O esboço da pesquisa .....	140
2.6.3	As descobertas reveladas na VEC .....	140
2.6.4	O processo de execução.....	141
2.6.5	PEC's provisório e definitivo .....	143
2.6.6	Prévios esclarecimentos sobre a execução criminal.....	145
2.7	Publicando a pesquisa: O perfil Jurídico-Penal.....	146
2.7.1	Tipificação estabelecida nas denúncias .....	147
2.7.2	Combinações com o art. 33 caput .....	147
2.7.3	Os anonimatos nas denúncias .....	149
2.7.4	Quem são as testemunhas de acusação?.....	151
2.7.5	Denunciadas pobres.....	151
2.7.6	Há outros acusados? .....	152
2.7.7	Sexo dos acusados.....	153
2.7.8	Compulsando as sentenças .....	154
2.7.9	As sentenças e os órgãos julgadores.....	154
2.7.10	Aplicação da pena no crime de tráfico de drogas.....	155
2.7.11	O art. 42 da Lei de Drogas possui efetividade?.....	155
2.7.12	Primariedade e reincidência .....	155
2.7.13	Confissão .....	155
2.7.14	Menoridade.....	156
2.7.15	Droga apreendida.....	156
2.7.16	Quantidade de cocaína encontrada.....	157
2.7.17	O crack nem pensar encontrado .....	158
2.7.18	Quantidade de maconha encontrada .....	159
2.7.19	Causas de aumento e diminuição da pena.....	160
2.7.20	Redução da pena.....	161
2.7.21	Motivo para se aumentar e diminuir a pena.....	161
2.7.22	Motivos para denegar a redução .....	161
2.7.23	Quantidade de redução da pena .....	162

2.7.24 Absoluções e condenações .....	163
2.7.25 O art. 33 e seus coadjuvantes .....	164
2.7.26 Quantas mulheres consideram-se usuárias/dependentes de drogas ilícitas? .....	165
2.7.27 Quantas mulheres foram consideradas usuárias/dependentes de drogas ilícitas? .....	166
2.7.28 Tipo de pena aplicada .....	166
2.7.29 Quantum de pena aplicada? .....	167
2.7.30 Pena de multa .....	167
2.7.31 O benefício de apelar em liberdade .....	168
2.7.32 Liberdade Provisória durante a instrução processual .....	169
2.7.33 TJRS e seus julgamentos .....	169
2.7.34 Razões de apelo interpostas no TJRS .....	170
2.7.35 Impetrações de habeas corpus no TJRS .....	170
2.8 Fazendo (RE) Velações!? .....	171
2.8.1 Polícia para quem precisa polícia para quem precisa de polícia! .....	171
2.8.2 A denúncia e seus problemas .....	173
2.8.3 Sentenças .....	175
2.8.4 Os erro(S) na dosimetria da pena .....	175
2.8.5 Quantidade e diversidade das drogas apreendidas como fatores determinantes para aplicação da pena privativa de liberdade .....	178
2.8.6 Da ilusão de umas buchas, pedrinhas, tijolos e farelos, para a realidade do que cada uma representa .....	180
2.8.7 O juiz despreparado para lidar com a realidade social .....	181
2.8.8 O padrão das penas de multa .....	186
2.8.9 E o local, poderia ser diferente? .....	187
2.8.10 Culpabilidade: o triste discurso (média, forte, plena, acima da média...) .....	189
2.8.11 A famigerada reincidência e os maus antecedentes .....	191
2.8.12 O problema do regime fechado .....	195
2.8.13 O ato decisório: fundamenta-se para decidir ou se decide para fundamentar? .....	195
<b>3. 'EXTRATOS' DA REALIDADE SOCIAL E DA PESQUISA JURÍDICO-PENAL: A NECESSIDADE DE PROPOSTAS QUE MODIFICAM A CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS ATRAVÉS DE UM VIÉS HUMANITÁRIO .....</b>	<b>201</b>
3.1 O que a pesquisa apontou? .....	201
3.1.1 Justificativa à mudança .....	202

3.1.2 (In)tolerância à tolerância zero .....	204
3.1.3 Invisibilidade e incivilidade: o resultado de nossas escolhas .....	204
3.1.4 O olhar disposto ao viés humanitário.....	205
3.1.5 Antes de começar: .....	206
3.2 A (DES)criminalização antecedente a legalização .....	207
3.2.1 Legalização.....	209
3.2.2 Diferenças entre legalização e (des)criminalização existe? .....	210
3.2.3 A importância da medida de legalização .....	210
3.2.4 E por falar em legalização, aí vem a legalização da maconha .....	211
3.2.5 Funcionamento da eleição de drogas a serem comercializadas ..	213
3.2.6 E os aspectos negativos.....	214
3.2.7 E os aspectos positivos... ..	215
3.2.8 Quando pode haver a consciência .....	217
3.2.9 Por uma droga menos prejudicial.....	219
3.2.10 Venda e uso legalizado .....	219
3.2.11 Locais destinados para a venda, distribuição e consumo.....	221
3.2.12 As drogas lícitas também constituem um problema .....	222
3.2.13 As variáveis da legalização.....	223
3.2.14 Uma luta para poucos, mas não estamos a sós! .....	224
3.2.15 Efeitos da legalização .....	226
3.2.16 Os reflexos da (não) observância da legalização .....	228
3.3 A (DES)carcerização do delito de tráfico de drogas é possível?.....	229
3.3.1 Identificando o art. 28 .....	230
3.3.2 Identificando o art. 33 .....	230
3.3.3 Justificativa para se (des)carcerizar o delito de tráfico de drogas.....	232
3.3.4 Afinal como ficaria? .....	233
3.3.5 Resultados obtidos e a trajetória .....	234
3.3.6 Quem é quem na Lei de Drogas?.....	235
3.3.7 A figura do tipo intermediário .....	237
3.3.8 Resultado da (des)carcerização ao tipo intermediário: Sem (des)proporcionalidades na aplicação da pena .....	238
3.3.9 Sem diferenças marginais .....	239
3.3.10 A reincidência no caso da (des)carcerização .....	240
3.3.11 Propostas Alternativas ao tráfico .....	241
3.4 Anotações sobre a realidade do 'consumidor' e do 'comercializador': A utilização dos recursos já existentes .....	243
3.4.1 Como começar a tornar realidade? .....	243



3.4.2 Por que tornar possível? .....	244
3.4.3 Vara Especializada .....	244
3.4.4 O destino do consumidor e os recursos .....	245
3.4.5 O traficante prejudicado .....	246
3.4.6 Deixando de culpar o traficante .....	247
3.4.7 O destino do traficante de drogas .....	249
3.4.8 Considerações sobre a mudança .....	250
3.4.9 Os espaços de venda e o controle .....	251
3.4.10 O controle do “susto” .....	252
3.4.11 Os benefícios decorrentes das possibilidades .....	254
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>255</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>259</b>